



*ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
MARINHA GRANDE*

Acta da Reunião



Data: 06-01-2014

Nº: 02

Ordinária

Destinatário:

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARINHA GRANDE

ACTA NÚMERO DOIS

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Marinha Grande, em segunda sessão na sede da Junta de Freguesia de Marinha Grande, tendo o presidente da Assembleia de Freguesia, Francisco Soares, dado início aos trabalhos de acordo com a ordem estabelecida na convocatória da referida reunião, de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, designadamente:-----

-----1-Discussão e votação do regimento da Assembleia de Freguesia.-----

-----2- Discussão e votação do mapa de pessoal.-----

-----3- Discussão e votação das opções do plano, proposta de orçamento e PPI - Plano plurianual de investimento 2014.-----

-----4- Apreciação do relatório de actividades da Junta de Freguesia no 4.º trimestre de 2013 e situação financeira.-----

-----Antes de iniciar a abordagem dos pontos agendados, o presidente da assembleia, perguntou se alguma pessoa do público pretendia intervir. Não tendo sido manifestada qualquer proposta de intervenção, o presidente da Assembleia propôs que, dado que as actas referentes às reuniões de instalação dos órgãos e a extraordinária número foram disponibilizadas aos membros previamente, as mesmas fossem votadas. Contudo, perguntou aos presentes se havia alguma alteração a fazer. Liliana Prior referiu que o seu número do cartão de cidadão não estava correcto tendo pedido a alteração do mesmo, devendo fazer-se constar "11758056" em vez de "11758058".-----

-----**POSTO ISTO, PROCEDEU-SE À VOTAÇÃO DA ACTA DE INSTALAÇÃO A QUAL FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. SEGUIU-SE A APROVAÇÃO DA ACTA EXTRAORDINÁRIA A QUAL FOI IGUALMENTE VOTADA POR UNANIMIDADE.**-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHO**-----

-----Seguidamente o Presidente da Assembleia questionou os membros sobre se estes tinham algum assunto antes da ordem do dia que pretendessem abordar.-----

-----Neste ponto, Amílcar Martinho referiu que nos dias de hoje já não é razoável, por uma questão de tempo e custos, fazer convocatória para entrega em suporte de papel. Sem prejuízo da opção que o órgão pode tomar no sentido de notificar os membros da Assembleia de freguesia desta forma, solicitou que os membro do MpM passem a receber as convocatória e demais comunicações por email. Devia optar-se por uma forma mais económica e mais prática. Acrescentou que das contas que fez, foram entregues mil cópias e isso tem custos.-----

-----Telmo Rodrigues, da CDU, referiu que, em relação à data da Assembleia de Freguesia, segundo a lei há três meses para fazer a reunião, a lei tem uma norma transitória que prevê noventa dias.-----

-----Francisco Soares, em nome da bancada do Partido Socialista, leu uma declaração sobre o 18 de Janeiro a qual se transcreve na Integra:-----

----- "Saudação ao 18 de Janeiro de 1934" -----

-----A bancada do Partido Socialista representada nesta Assembleia de Freguesia saúda o 18 de Janeiro de 1934 e a luta dos trabalhadores no geral, em especial a dos Vidreiros. Passados que são 80 anos do 18 de janeiro vimos de novo a nossa sociedade confrontada com o maior ataque alguma vez feito à Classe Trabalhadora, ao sindicalismo e aos reformados que trabalharam muitos deles desde miúdos, não os deixando viver a meninice, para agora não os deixarem gozar a velhice. Este governo PSD/CDS com apoio do Presidente da República acabaram de por em prática um novo orçamento do estado, que mais uma vez, vem roubar os salários aos funcionários públicos e os pensionistas com pensões de sobrevivência, continuando a tirar aos que menos têm, para dar aqueles que mais tem, como é o caso IRC. "A economia sem rosto" expressão usada pelo Papa Francisco, em que podemos falar do capitalismo anónimo, acantonado em paraísos fiscais, protegido por leis fabricadas pelos parlamentos democráticos, mas composto por deputados que são meras marionetas do poder do dinheiro, é de facto o problema fulcral da sociedade atual e geradora das crises por que passamos. O desemprego e a pobreza crescente, devem ser imediatamente controlados e combatidos por medidas que não passam por mais austeridade, mas sim por crescimento económico. Viver em situação de pobreza não se traduz apenas em baixos salários. Significa também um ciclo vicioso de menos saúde, capacidade de trabalho reduzida, más condições de trabalho e de vida, baixa produtividade e esperança de vida reduzida. Neste quadro, uma verdadeira comemoração do 18 de Janeiro 1934 é estar empenhado na luta que possa desenvolver um processo que altere a relação de forças, através de um compromisso social e político que permita encontrar um outro caminho para o País. O caminho da dignidade, mas também do crescimento, do combate á pobreza, às desigualdades e ao desemprego. O Partido Socialista aqui representado saúda todos aqueles que participaram no 18 janeiro 1934 em que as organizações sindicais livres lutaram contra a ofensiva do regime salazarista que visava os sindicatos e a liquidação das liberdades sindicais. Saúda todos aqueles que querem continuar a lutar contra o maior ataque feito aos trabalhadores depois do 25 de Abril, retirando-lhe o direito à saúde, às reformas, ao trabalho e à dignidade de viver num Portugal livre e Democrático. VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES. VIVA o 18 Janeiro 1934." -----

-----Amadeu Carlos sugeriu que o sitio da junta de freguesia seja actualizado e que contenha os principais documentos de gestão dos órgãos como as actas, os requerimentos online, o orçamento, o programa de modernização, os relatórios e da actividade da junta de freguesia. Sugeriu ainda que as próximas reuniões da Assembleia de freguesia sejam realizadas noutros locais, como por exemplo, no edifício da Resinagem ou do Turismo. -----

-----A presidente da Junta de Freguesia pediu aos membros do órgão que enviassem o Número de Identificação Bancária, com indicação do seu nome completo associado ao NIB, para efeitos de pagamento das senhas de presença. Seguidamente pediu autorização para intervir, a qual foi assentida, começando por desejar as Boas Festas e Bom Ano. Para responder à questão apontada por Amílcar Martinho sobre os envio dos documentos por e-mail referiu que, em tempos, os mesmos já foram enviados por esta via mas, pelo facto de haver

membros que pretendiam a informação em papel, voltaram ao modelo anterior. Deixou à consideração da assembleia o seguinte: "se os membros assim o entenderem volta-se a enviar por email". Acrescentou que no sítio da junta de freguesia já há muita coisa, dando o exemplo do requerimento da junta de freguesia, que é apenas um único modelo para os diversos pedidos. Referiu que: *"nós fazemos as coisas e mandamos para a empresa que as coloca no sítio da Junta de freguesia, não tem muitos recursos"*. Na data da reunião, seis de janeiro, as actas em atraso já tinham sido disponibilizadas *online*. -----

-----Francisco Soares, corroborou o que Isabel Freitas tinha dito dando conta de que *"é verdade, as pessoas é que não queriam receber a informação por email"*. Amílcar Martinho acrescentou que: *"estamos numa época da desmaterialização, acabaram-se os faxes, agora é tudo por email, é tão fácil acabar um trabalho e enviá-lo, daqui para acolá. Se as convocatórias têm que ir por papel, então que os anexos sigam por email"*. -----

-----1-DISSCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA -----

-----Francisco Soares introduziu o ponto dando conta de que cabe um esclarecimento. Os líderes das bancadas propuseram alterações ao regimento em vigor e a Ana Fortunato ficou de redigir as mesmas na versão agora proposta. Essa proposta foi enviada aos membros aquando da convocatória. -----

-----O Presidente da Assembleia perguntou aos presentes se ainda teriam mais alguma alteração a propor ao documento. Ana Fortunato referiu que havia uma gralha na data da legislação invocada, na página 10 da proposta de regimento, no art.º 16.º da lei, ou seja, em vez de "Lei n.º75/2013, de 12 de janeiro", deve ler-se: "Lei n.º75/2013, de 12 de setembro".-----

-----Vitor Santos mencionou que a entrada em vigor do regimento tem que ser 6 de janeiro e não 2 como está expresso no art.º 28.º da proposta de regimento. -----

-----Amílcar Martinho saudou a iniciativa da junta de freguesia em ter solicitado os contributos das diferentes forças políticas. Sugeriu ainda que seja introduzido um 3.º ponto ao artigo 18.º do regimento que tem que ver com o que o MpM – Movimento pela Marinha referiu no período antes da ordem do dia, passando o mesmo a ter a seguinte redacção: *"As convocatórias deverão ser efectuadas, preferencialmente, por email, podendo, caso se justifique, ainda ser enviadas em suporte de papel, por correio ou notificação por protocolo"*. Cclarificou que se trata de um envio "preferencial". Disse ainda que: *"Se agora recebemos a facturação da electricidade, o jornal, etc, tudo de forma digital, é porque é melhor"*. -----

-----António Almeida referiu que: *"o princípio da desmaterialização é bom mas há uma questão, por princípio, que é a notificação. Há pessoas que são reformadas e têm maior facilidade em se deslocarem à Junta de Freguesia dos que outros que trabalham"*. Considera que a proposta de Amílcar não deve ficar no Regimento.-----

-----Alexandra Santos referiu que as convocatórias não podem ser feitas por email porque não está legislado. -----

-----A Presidente da Junta diz que não está legislado. -----

-----Vitor Santos referiu que *"eu tenho email mas é para mim, não abro o computador há um mês, deveria ficar como está. Obrigar todos a ter email não estou para aí virado, ao fim de um ano é muito dinheiro em papel"*. -----

-----João Moleirinho partilhou do princípio de que a convocatória não pode ser feita por email pelo que considerou que a proposta não cabe aqui. Sugeriu que cada membro a vá levantar à junta de freguesia ou que informe o executivo como a pretende receber. -----

-----Luís Pereira sugeriu que os membros indicassem o meio através do qual pretendem receber a convocatória (cada um opta por a receber em papel, isto é, pela via adoptada até à data, outros poderão levantá-la na Junta de Freguesia e outros poderão recebê-la por email). -----

-----Telmo Rodrigues não está contra a proposta mas sugeriu que os membros informassem a assembleia da forma como pretendem receber a convocatória. -----

-----António Carrilho referiu que o forma legal não abrange o e-mail. Para se fazer a convocatória deve optar-se pela notificação pessoal, ou escrita com aviso de recepção. -----

-----Sobre a intervenção de António Carrilho o presidente da assembleia advertiu para o facto de um membro do executivo da freguesia ter que solicitar autorização para intervir. -----

----- Amílcar Santos, face ao exposto, retirou a proposta de votação. -----

-----Ana Fortunato referiu ainda que pretende que a proposta da CDU fique anexa à acta.---

-----**APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO DA PROPOSTA, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA COLOCOU A NOVA REDAÇÃO DO REGIMENTO A VOTAÇÃO, TENDO-SE DELIBERADO APROVÁ-LA POR UNANIMIDADE.** -----

-----**2- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL**-----

Neste ponto, o presidente da assembleia perguntou à presidente da junta de freguesia se esta tinha alguma coisa a dizer sobre o assunto.

-----Isabel Freitas disse que não tinha muito a dizer sobre isto. Apresentou sumariamente o mapa de pessoal e referiu que: *"tem dois assistentes técnicos e nove operacionais. Temos aqui previsto o provimento de mais três pessoas, que não sei se vai ser possível, se a lei permite. Não sabemos se dará para abrir concurso público"*. -----

-----Amadeu Carlos solicitou esclarecimentos quanto a algumas das dúvidas referentes ao mapa de pessoal, designadamente: *"O Mapa de pessoal prevê o provimento de 3 assistentes operacionais, ou seja, a entrada de 3 novos recursos humanos. Relativamente a este ponto temos algumas dúvidas: para que funções são necessários estes recursos humanos? E o que considera a junta de freguesia «um processo complexo, mas não incontornável?»», ou seja, como pensa a Junta de freguesia contornar a lei dado que o orçamento de Estado continua a prever a redução de recursos na administração?"*. -----

-----Sobre as dúvidas colocadas, Isabel Freitas esclareceu que sabe que não pode contratar recursos humanos mas não teve tempo de analisar esta questão com profundidade. A Junta de freguesia não tem técnicos. A Câmara Municipal tem que transferir dinheiro, meios técnicos e materiais. Actualmente tem 7 contratos emprego inserção mas esta não é a situação mais desejável. -----

-----Luís Pereira perguntou: "se a lei permitir temos condições para integrar estes recursos previstos no mapa de pessoal?". -----

-----António Almeida questionou sobre a possibilidade de os técnicos superiores do Município da área dos recursos humanos poderem dar uma ajuda na análise desta situação. ---

-----Telmo Rodrigues disse que a diferença da verba está prevista. -----

-----Manuel Pereira referiu que: "a junta de freguesia tem condições para contratar pessoal dado que reduziu 2% de recursos humanos, tem cabimento e, com a autorização do ministro da tutela, é possível, na sua perspectiva, contratar recursos humanos, há dificuldades mas as dificuldades podem-se superar". -----

-----João Moleirinho referiu que a junta de freguesia também poderá recorrer, no final do primeiro e início do segundo semestre, à bolsa de excedentários da administração pública.-----

-----Às questões colocadas por Amadeu Carlos, Isabel Freitas referiu que pretende os recursos humanos para trabalhar pelo exterior. Acrescentou ainda que "temos cabimento financeiro, se a lei for contornável. Este foi um orçamento muito semelhante com o dos anos anteriores. Tenho indicação do vereador Paulo Vicente de que haverá uma reunião por causa dos contratos de execução no âmbito das competências e, em fevereiro, isso já irá ser contemplado".-----

-----**SEGUIDAMENTE O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA COLOCOU O MAPA DE PESSOAL A VOTAÇÃO TENDO-SE DELIBERADO APROVÁ-LO POR MAIORIA, COM DEZOITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. A minuta de deliberação foi lida conforme se transcreve: "Presente minuta da deliberação da junta de freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião de executivo de 23 dezembro 2013, pela qual, ao abrigo da competência que lhe confere o art.º 19.º, da alínea e) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, aprovou o mapa de pessoal para o ano 2014. Mais deliberou, para efeitos do disposto nos diplomas referidos, submeter à apreciação da assembleia os documentos correspondentes para aprovação. A Assembleia de Freguesia de Marinha Grande, após análise dos documentos que foram presentes e em cumprimento do preceituado no art.º 9.º, n.º1, alínea m) da lei em referência, deliberou aprovar o mapa de pessoal para o ano 2014. Esta deliberação foi tomada por maioria, com dezoito votos a favor, zero votos contra e uma abstenção. Esta minuta da deliberação foi aprovada por unanimidade".** -----

-----**3- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS OPÇÕES DO PLANO, PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PPI - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2014** -----

-----Dado que os pontos três e quatro se relacionam, o presidente da assembleia perguntou aos membros se estes tinham algumas questões a colocar sobre os mesmos. -----

-----Amílcar Martinho começou por colocar algumas dúvidas relacionadas com o orçamento, nomeadamente quanto à receita as quais se passam a transcrever: "a) A que tipo de verba se refere a rubrica "Bancos e outras instituições financeiras" no valor de 2.250€, tal como "companhias de seguros e fundos de pensões" no valor de 2.500€?; b) Que tipo de trabalhos presta a JF a particulares para prever uma receita de 250€? c) A que se destinam as receitas

de capital referentes às transferências de capital no valor de 75.000,00€ (nota: pensamos que diz respeito às obras do edifício mas não temos a certeza, não é claro nos documentos)?".-----

-----Em matéria de orçamento da despesa perguntou ainda o seguinte: "a) Qual a lógica de atribuição de "prémios, condecorações e ofertas" no montante de 8.000,00€ (rubrica 02.01.15)?; b) Onde pretende a junta de freguesia gastar 6.500,00€ em "outros" (rubrica 02.01.21)?; c) Na "aquisição de serviços", a que "encargos de instalações" no montante de 3.900,00€ se refere esta rubrica? E que tipo de serviços de "conservação de bens" no montante de 44.500,00€ serão realizados?; d) Em que "Seminários, exposições e similares" pretende a JF gastar 9.000,00€? E em que tipo de "publicidade" pretende gastar 3.500,00€?; d) Que tipo de trabalhos especializados estão previstos pela JF para gastar 32.000,00€?; e) Pelo que lemos, depreendemos que a JF vai atribuir subsídios a instituições sem fins lucrativos no montante de 60.000,00€ (rubrica 04.07.01). O que Orçamento da despesa não clarifica é a forma de atribuição, que normas regulamentam este apoio, qual a transparência do processo, quais os critérios de atribuição? Não estamos a duvidar mas apenas queremos saber onde e como foi atribuído o apoio". -----

-----Para responder às dúvidas, a presidente da junta de freguesia solicita o apoio de Lara Lino. Esta referiu que os 2.250€ apontados na rubrica "Bancos e outras instituições financeiras" se referem a juros recebidos da conta corrente; as receitas de capital no valor de 75.000,00€ são referentes à transferência da Câmara Municipal; os 8.000,00€ "em prémios, condecorações e ofertas" se referem ao pagamento de publicações por exemplo; os 44.500,00€ referentes a "conservação de bens" destinam-se a pagamento das reparações de máquinas, viaturas, etc.; os 3.500,00€ é para apoiar a Feira de Artesanato e Gastronomia, as colectividades, por exemplo. -----

-----Quanto aos subsídios a atribuir a instituições sem fins lucrativos, no valor de 60.000,00€, a presidente da junta de freguesia referiu que: "as opções do plano contemplam uma maior ajuda para as instituições. O valor foi aumentado para apoiar as instituições, entidades com quem mais trabalhamos, no apoio à população, nomeadamente a de Casal Galego, também pensamos na FAG. Pensamos que é desta forma que damos apoio. Não tínhamos isto regulamentado porque ainda não sentimos essa necessidade, só apoiamos porque conhecemos muito bem as instituições. Por exemplo se for o apoio ao ténis de mesa sabemos que é a Ordem. Se não fossem as colectividades não havia nada na Marinha. A Câmara Municipal tem um regulamento e qual foi o resultado para as colectividades? Nós somos pequeninos e achamos que conhecemos o que as colectividades fazem. Achamos que com o regulamento podemos correr o risco de não englobar tudo o que as colectividades fazem e não fazer aquilo que mais merecem. Nesta rubrica foram aumentadas as verbas com mais uns «pozinhos»". -----

-----António Almeida referiu que, em relação à questão das colectividades, o princípio é o da discriminação positiva. Era bom que as colectividades apresentassem um plano de actividade para o ano, em tempo certo. Também têm que ter um apoio logístico. Questiona se elas apresentam um plano? -----

-----Telmo Rodrigues referiu que: "temos que ver primeiro um plano de actividades".-----

-----Alexandra Santos questionou sobre o seguinte: "O Sr. Presidente disse que o apoio às colectividades foi baseado no ano anterior. Gostava de saber se as instituições que não estão inscritas podem candidatar-se, se não é obrigatório o regulamento de atribuição, se os apoios logísticos não deveriam também estar clarificados?".-----

-----Isabel Freitas respondeu à intervenção referindo que: "há-de haver sempre uns pozinhos para outras associações". Acrescentou o seguinte: "penso que não é necessário regulamento, nós conhecemos muito bem as associações".-----

-----António Almeida referiu que as características dos eventos, se são grandes ou pequenos, se movimentam muitas ou poucas pessoas, são aspectos que fazem a discriminação do apoio, em termos culturais, desportivos, etc.-----

-----Liliana Prior leu uma declaração que transcreve:-----

-----"Proposta de orçamento de Plano Plurianual de investimento para 2014-----

-----Devido às alterações e indefinições que se encontram na Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compreendemos as dificuldades que própria junta teve na sua elaboração. Temos também conhecimento das clarificações que têm feito junto da câmara municipal. Sabendo que a junta está em negociações com a câmara municipal para contratualização dos acordos de execução (antigos protocolos), entendemos que este orçamento poderá sofrer alterações significativas. Deste modo a bancada do Partido Socialista não apresenta outro tipo de proposta pelos motivos acima referenciados. Pelo que, não colocamos qualquer objeção à sua aprovação".-----

-----Amadeu Carlos acha que as pessoas deviam ser informadas, considera que esta questão dos apoios está muito fechada. Acrescentou ainda que não percebe que obras vão ser feitas.-----

-----Ana Fortunato clarificou que o orçamento é o que se prevê. Em Abril vai ser apresentada a Conta de Gerência sendo que este documento contabilístico do apoio da Junta tem descrito os valores atribuídos às associações. Nas actas da junta do executivo também estão mencionados todas as deliberações.-----

-----Isabel Freitas referiu que: "as actas são públicas e estão lá desde ontem. O projecto de ampliação já está acordado com a Câmara Municipal, tendo que ser ajustado porque está desactualizado. Temos consultas de psicologia que decorrem nesta sala onde nos encontramos. Necessitávamos que as funcionárias tivessem mais condições, também precisamos de mais um espaço para uma equipa multidisciplinar, tudo isto está condicionado porque não há espaço. O que se ampliar para a parte de trás do edifício é que vai ser uma mais valia. A Junta de freguesia tem dinheiro para abrir procedimento para o edifício, no qual tenhamos todos orgulho nele".-----

-----Lara Lino clarificou ainda que: "Na conservação de bens esta verba foi aumentada com base no volume das despesas dos dois anos anteriores à data de elaboração do orçamento e verificou-se que esta verba estava curta, é necessário aumentá-la para reparação de viaturas, máquinas de trabalho, pinturas, etc".-----

-----Luís Pereira referiu que lhe estava a fazer "uma certa confusão que o projecto contemple o auditório e questionou porque é que a verba prevista para o auditório não será canalizada para outros serviços da Junta de Freguesia". -----

-----António Almeida referiu que a taxa de utilização dos auditórios é muito reduzida pelo que concorda com as intervenções do colega Amadeu e Luís Pereira. -----

-----Telmo Rodrigues disse que o auditório se chamou auditório porque era mais "pomposo", ele tinha atrás uma palavra "pequeno". -----

-----O presidente da Assembleia referiu que: "aqui também me apetece dizer qualquer coisa. Eu acho que há alturas para tudo, agora acho que não é a altura própria para fazer coisas grandes. A Junta precisa de uma obra mas não tem que ser uma coisa grande". -----

-----Telmo Rodrigues disse que o dinheiro não pode ser gasto em despesas correntes, tem que ser gasto em despesas de investimento. -----

-----Vitor Santos propôs que a junta de freguesia trouxesse a planta para se ver o projecto.--

-----Amadeu Carlos perguntou se a planta ainda não está definida. -----

-----Isabel Freitas mencionou que quer um pequeno auditório e por as novas tecnologias ao serviço. Referindo-se ao auditório da resinagem, considera que é pequeno e não tem cadeiras. Quer uma sala com dignidade para a Junta de Freguesia. Acrescentou que: "É justo que tenhamos uma sala". Quando tiver a planta pronta irá levá-la ao conhecimento do executivo. "Terá que ser aberto um concurso público dado que o da altura caiu. Gostava que tivéssemos algo como a sala da Vieira. Nós na política queremos dar o melhor aos nossos fregueses". -----

-----João Moleirinho colocou algumas dúvidas designadamente ao facto de nas opções do plano haver referência duas vezes à CPCJ, provavelmente por lapso. Questionou ainda sobre as verbas com a educação nas escolas e os fluxos caixa, os trezentos e vinte e seis mil euros.-

-----**AS OPÇÕES DO PLANO, A PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PPI - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2014 FORAM APROVADOS POR MAIORIA, COM DEZASSEIS VOTOS A FAVOR E COM TRÊS ABSTENÇÕES DOS ELEITOS PELO MOVIMENTO PELA MARINHA.** A minuta de deliberação foi lida conforme se transcreve: "**Presente minuta da deliberação da junta de freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião de executivo de 23 dezembro 2013, peia qual, ao abrigo da competência que lhe confere o art.º 16.º, n.º1, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, aprovou o Plano de Actividades, o Orçamento no valor de 633.116,00 (seiscentos e trinta e três mil cento e dezasseis euros) e o PPI para o ano 2014. Mais deliiberou, para efeitos do disposto no citado diploma, submeter à apreciação da assembleia de freguesia os documentos correspondentes para aprovação. A Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, após análise dos documentos que foram presentes e em cumprimentos do preceituado no art.º 9.º, n.º1, alínea a) da lei em referência, deliiberou aprovar o Plano de Actividades, o Orçamento e o PPI para o ano 2014. Esta deliiberação foi tomada por maioria, com dezasseis votos a favor, zero votos contra e três abstenções. Esta minuta da deliiberação foi aprovada por unanimidade**". -----

-----**4- APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA JUNTA DE FREGUESIA NO 4.º TRIMESTRE DE 2013 E SITUAÇÃO FINANCEIRA.** -----

-----Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, Amílcar Martinho considera que "o documento é bastante limitado e sem estruturação. Não contempla a relação das acções executadas com as previstas, o que permitiria avaliar o grau de execução da Junta de Freguesia (para se analisar a eficácia). Também não integra os montantes das despesas afectas a cada acção. Faz-nos lembrar um relatório do ensino básico". -----

-----Foi referido que a actividade será detalhada em Abril, o Relatório virá mais especificado. -----

-----Isabel Freitas, referindo-se ao Relatório de Actividades do último quadrimestre, mencionou que a "lei apenas diz para fazer isto e foi isto que fizemos, até acho que fizemos de mais. Desde que tomei posse já recebi várias pessoas a porem problemas das suas ruas". Por exemplo: "damos a volta ao Pilado, depois damos a volta à Comeira, depois à Pedra e quando vamos novamente ao Pilado, já passou um ano. Se as pessoas nos ligam, vamos fazer uma limpeza... já fizemos várias reparações nas ruas. Vamos tentar resolver muitos casos que estão a ser vistos a nível do pinhal. Durante estes três meses deste mandato não houve verbas da Câmara, não houve protocolo nem acordos. Já gastámos 11000 toneladas de cola asfáltica para arranjar as ruas". -----

-----Telmo Rodrigues referiu que se sabe muito bem aquilo que foi feito, está tudo muito bem, sabe-se o que foi gasto, está tudo preto no branco, espelha o trabalho da Junta. -----

-----Lara Lino deu resposta a Amílcar Martinho sobre a folha dos fluxos de caixa dizendo que a informação não foi enviada com os cinco dias de antecedência para ter uma informação mais atualizada, mas nas assembleias futuras vai ser enviado. Se os membros preferirem enviasse com a antecedência referida ou entrega-se no próprio dia da assembleia. -----

-----João Moleirinho, referindo-se a um caso concreto na estrada do Engenho para o Pilado, alertou para o facto de ser necessário pensar numa outra solução, dado que a limpeza que é realizada junto à valeta fica rapidamente entupida, após ter sido limpa, quando chove. -----

-----**A ASSEMBLEIA DE FREGUESIA TOMOU CONHECIMENTO.** -----

-----Nada mais havendo a tratar, o presidente da assembleia deu a mesma por encerrada, da qual se lavrou a presente acta que, após lida e aprovada, será assinada por ele e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

A Secretária

Francisco Soares

Célia Morgado